INFORMATIVO 19/2012 11 de julho de 2012

ADUNIOESTE

SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE (Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional)

GOVERNO BETO RICHA DÁ SINAIS DE QUE NÃO VAI CUMPRIR O ACORDO DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL DOCENTE

Em reunião do Fórum dos Sindicatos de Docentes das Universidades Estaduais realizada ontem (10 de julho), os representantes fizeram uma avaliação sobre o andamento do projeto de equiparação dos docentes. O projeto está parado na SEFA (Secretaria da Fazenda) desde 23 de maio de 2012, depois de ter tramitado na SETI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e SEAP (Secretaria de Administração e Previdência). A previsão inicial era de envio do projeto para a Assembleia Legislativa do Paraná era em 1º de maio, conforme documento assinado pelos sindicatos com a concordância do secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Alípio Leal.

Os representantes dos sindicatos se reuniram com a SETI, onde explicitaram a preocupação com a demora no trâmite do processo e a falta de uma resposta concreta do governo sobre isto. Na SETI houve a garantia de que o governo deve manter a proposta, mas que agora há alguma dificuldade em função do limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal. Os representantes da SETI deixaram claro que estão negociando para que o projeto de lei seja encaminhado para a Assembleia Legislativa o mais rápido possível.

Depois desta reunião, os representantes dos sindicatos conversaram rapidamente com o vice-governador Flávio Arns (coordenador do GT que produziu a proposta de equiparação salarial docente). O vice-governador demonstrou conhecimento sobre o andamento do processo e disse que estão negociando dentro do governo para garantir que a proposta seja encaminhada, mas no momento o governo está também trabalhando com as demandas da APP-Sindicato e dos policiais, além da questão dos técnicos do ensino superior. O vice-governador também mencionou a relação entre o pagamento da primeira parcela da proposta de equiparação salarial e o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que chama a atenção na demora da tramitação do projeto de equiparação salarial é o fato **NOVO** de o governo condicionar o pagamento da proposta ao limite prudencial da LRF. Os representantes dos Sindicatos de Docentes reafirmaram, na reunião com a **SETI** e na conversa com o vice-governador, que o acordo firmado acerca da proposta não tinha qualquer tipo de condicionante.

Diante deste quadro, os Sindicatos de Docentes irão publicar uma Carta Aberta à comunidade universitária explicando a situação e **indicando a necessidade de discutir Paralisações e Greve por tempo indeterminado**. Como até agora não há qualquer compromisso formal do governo para o cumprimento da proposta de equiparação, os representantes dos sindicatos apontam a necessidade de que os professores voltem a articular e mobilizar novas manifestações no início do segundo semestre.